



# Entrelaçamentos humanimais: selváticos e rurais em cidades brasileiras

Flávio Leonel Abreu da Silveira<sup>1</sup> e Andréa Osório<sup>2\*</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. <sup>2</sup>Universidade Federal Fluminense, Av. Aluizio da Silva Gomes, 50, 27930-560, Macaé, Rio de Janeiro, Brasil. \*Autor para correspondência. E-mail: andrea\_osorio1@yahoo.com.br

**RESUMO.** O presente artigo visa fazer um pequeno balanço de publicações sobre animais domésticos rurais e selvagens nas cidades brasileiras a partir da antropologia das relações humano-animais. A isso somam-se alguns percursos etnográficos dos autores, efetuados conjuntamente ou em separado, que lançam luz, junto à bibliografia, sobre o tema de uma cidade imaginariamente apartada da vida ‘natural’, como se não houvessem emaranhamentos e interseções entre humanos e fauna silvestre nas urbes contemporâneas. Queremos crer que a vida animal é parte também das paisagens citadinas e que co-construímos essas paisagens junto a diversos seres não-humanos no contexto urbano a partir de ecologias mais-que-humanas. Neste sentido, as cidades, antes de significarem apenas o lugar do *anthropos*, apresentam-se como o *oykos* de interações e vivências com a fauna urbana (doméstica, silvestre e asselvajada), mas também com a flora (também doméstica, silvestre e asselvajada), entre outros organismos, num contexto ecológico produtor de ambiências plurais.

**Palavras-chave:** cidades; zona rural; animais; antropologia das relações humano-animais; antropologia urbana e ecologia.

## Humanimals entanglements: wild and rural in brazilian cities

**ABSTRACT.** This paper aims to make a small revision of the literature on rural domestic animals and wild ones in Brazilian cities from the perspective of an anthropology of human-animal relations. To this, we add some new ethnographic data, collected individually or together, which aim to cast a light on the idea of a city set apart from the ‘natural world’, as if there were no entanglements and intersections between humans and the wild fauna in contemporary cities. We want to believe that the animal life is also part of the urban landscapes, and that we build together these landscapes with multiple more-than-humans ecologies in an urban context. In this sense, the cities present themselves as the lace of an *oykos* of interactions and living with the urban fauna (domesticated, tamed or wild), and also with the flora (also domesticated, tamed and wild), along with other organisms in an ecological context that produces plural environments, instead of cities that only mean the place of the *anthropos*.

**Keywords:** cities; rural zone; animals; human-animal relations; urban anthropology and ecology.

Received on November 11, 2023.

Accepted on March 11, 2024.

## Introdução

O debate sobre natureza e cultura na Antropologia é um dos pilares clássicos da disciplina. Ele foi estabelecido fundamentalmente por Lévi-Strauss (2011), cuja separação estrita tem sido questionada mais recentemente por autores como Donna Haraway (2008) e Bruno Latour (1994), entre outros. As reflexões destes autores abriram espaços não apenas para o questionamento de tal cisão na contemporaneidade, mas permitiram uma considerável abertura de horizontes epistemológicos com significativos desdobramentos na produção antropológica. Não obstante, certas noções, categorias e conceitos estancaram, onde uma zona que não invade a outra, encontram as suas próprias limitações quando nos voltamos a certos objetos – híbridos, mestiços, transfronteiriços – e as formas de cotejá-los, mesmo que tais abordagens ainda sejam utilizadas para se pensar o meio urbano, por exemplo – o contexto, o mundo, o espaço – como construto humano, cuja complexidade seria independente e apartada do que se poderia chamar classicamente de ‘natureza’.

Neste caso, um universo de vida de outros-que-humanos que habitariam, sobretudo, nas chamadas ‘áreas verdes’, que constituem porções/elementos/artefatos ecoculturais (complexos, heterogêneos, situados) de

uma miríade de metrópoles brasileiras, contestando empiricamente a separação epistemológica e, por certo reducionista; ou ainda, reificando certos lugares que a ‘cultura’ elege como santuários/nichos/*loci* de coexistência controlada nas paisagens citadinas, movidas por um imaginário urbano entendido como processo ideológico ligado às ideias de gestão do vivo nas cidades contemporâneas, e não como o extravasamento co-criativo de determinadas fronteiras físicas e simbólicas ‘na/da’ cidade, portanto de uma ecologia mais-que-humana que é fruto da co-criação entre seres vivos e não vivos nos ambientes citadinos: produzindo mundos e sentidos na e para a vida vivida urbana. Todavia, é exatamente pela fluidez da ‘natureza’ através das fronteiras permeáveis, pelo seu atravessamento incontrolável, por assim dizer, que o transbordamento para além dos lugares destinados a ela revelam-se um fato observável em diversas cidades brasileiras e, por isso mesmo, capaz de ser compreendido/interpretado/pesquisado pelo campo antropológico das relações humanos-animais.

As observações etnográficas das relações entre humanos e outras formas de vida efetuadas pelos autores em três cidades brasileiras, a saber, Belém (PA), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ), permite-nos contestar a clássica separação evocada anteriormente, indicando que, junto ao concreto e ao cimento característicos das urbes brasileiras, existem espaços onde os animais e as plantas convivem com os equipamentos urbanos e suas estruturas ciborgues e os diversos construtos erigidos pela inteligência humana: a própria cidade seria um superartefato complexo e plural onde matérias orgânicas e inorgânicas/seres vivos e não vivos se misturariam co-criativamente no devir do tempo.

Neste sentido, tão citadinos quanto os próprios humanos, os animais<sup>1</sup> trafegam por caminhos que lhes apeteçam, como as garças-brancas-grandes, os urubus-de-cabeça-preta e periquitos-de-encontro-amarelo, que voam sobre praças e docas em Belém (Silveira, Silva, & Mercês, 2016), os bugios-ruivos (Silveira, 2021) e saguis que penduram-se em fios de alta tensão em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, respectivamente, ou ainda, conforme outras etnografias do campo de relações humano-animais indicam, puxando carroças em Pelotas (Barreto, 2022), Belo Horizonte (Oliveira, 2017) ou Natal (Carvalho, 2016), efetuando ninhos e se alimentando na zona portuária de Santos (Moreno, 2019), macacos-prego que invadem lares em Maringá (Rapchan, 2016), ou que visitam as janelas de apartamentos no Bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Podemos mencionar, ainda, as colônias de gatos e pequenas matilhas de cães que se encontram em diversos meios urbanos brasileiros (Osório, 2013), mas que foram observados no Rio de Janeiro, em Belém e em Porto Alegre pelos autores deste trabalho.

Se a cidade foi um dia pensada como antítese do rural (Aprobato Filho, 2006), e ainda o é de certa forma, ela também foi representada, como a própria ruralidade, enquanto uma espécie de contraponto ao meio selvagem. Interessa-nos neste estudo refletir sobre as tensões criativas entre os elementos heteróclitos do selvático/domesticado; rural/urbano presentes nas paisagens citadinas brasileiras.<sup>2</sup> Na verdade, é tão difícil estabelecer fronteiras que o conceito problemático de rurano, ou rururbano, já demonstra que zonas de interstício existem, e nem sempre se mostra uma noção viável. Juntamos no parágrafo acima espécies domésticas, asselvajadas e silvestres para indicar como tal imaginário pode ser desconstruído a partir de observações etnográficas. Não apenas o doméstico ainda circula por alguns ambientes urbanos, como o selvático se adaptou a tal ambiente, construindo ali formas de coexistência com humanos e outros-que-humanos nas urbes contemporâneas que indicam ecologias diversas e complexas para o mundo urbano brasileiro, ou ainda, de como determinadas espécies se asselvajam a partir de linhas de fuga que fazem das cidades seu nicho ecológico-existencial onde passam a figurar suas paisagens, constituindo-as. Qual seria, portanto, a utilidade de um pensamento que recorta a urbe como fronteira da cultura, se ela está permeada de vida ‘natural’, pelas formas do selvático e do doméstico na urbe, da proliferação significativa do asselvajado nos jardins e parques públicos, todos relativamente imiscuídos, verdadeiramente tensionados? Esta questão é o *leitmotiv* para o nosso debate.

Sem ingenuidades, sabemos que o avanço das metrópoles (bem como das monoculturas) constitui um risco para a vida selvagem, mas acreditamos que sua incorporação nas análises antropológicas seja, exatamente por isso, necessária e atual, pois se é possível conter a expansão humana sobre as áreas verdes selváticas mediante a gestão do vivo, por outro lado, é pouco provável conter as vicissitudes dos encontros humanos-animais em ambientes urbanos. Portanto, há situações de coexistência tensional no contexto citadino e, neste sentido,

<sup>1</sup> Tal questão pode ser extensível aos vegetais – as sementes dispersas, o brotar nas fendas, as folhas levadas – mas também, aos fluxos dos ventos, das águas, da poeira que se assenta noutro lugar pela ação do clima, outra maneira de falar das forças do tempo.

<sup>2</sup> A nossa intenção é a de centrarmos nosso debate nas três capitais referidas, mas seguidamente evocaremos a presença animal/vegetal nas urbes brasileiras a partir de nossas observações em diferentes pontos do país.

mais ou menos harmônicas, viáveis e, mesmo, degradantes. Imaginar que esses encontros se dão – como faz por vezes a ecologia e a biologia – por uma perda de habitat culpabilizando o humano por intermédio da famigerada e generalista ‘ação antrópica’, não invalida a noção de que a cidade está cheia de vida selvagem (silvestre, domesticada ou asselvajada), seja em Unidades de Conservação em meio urbano, como o Parque Nacional da Tijuca e sua zona de amortecimento, no Rio de Janeiro, a Reserva Biológica do Lami, em Porto Alegre (Osório, Silveira, & Gonçalves, 2021), ou o Parque Estadual do Utinga, na cidade de Belém, considerando-se a extensão amazônica que circunda a ‘metrópole amazônica’, porto de entrada da região Norte.

O intuito deste trabalho é, assim, o de repensar essas fronteiras no mundo urbano contemporâneo com bases etnográficas, para incluir nas reflexões atuais temas e questionamentos que, muitas vezes, são apropriados a partir da reprodução daquela clássica oposição inicialmente apontada, e que nos parece, senão totalmente superada, merecedora de atenção reflexiva sobre os lugares sensíveis dessa co-presença – porque capazes de re-situar epistemologicamente as ontologias em jogo no contexto coexistencial citadino – a fim de pensarmos ecossistemas urbanos-mais-do-que-humanos no contemporâneo, de maneira a contribuímos desde o campo antropológico para tornarmos as cidades mais habitáveis, daí a heterogeneidade social em nossa perspectiva não falar apenas de humanos.

## Fluxos e tensões (multiespécies) rural-urbanos: pensando a partir de três etnografias

Em artigo datado de 2013, Osório argumenta que

[o]s animais têm sido parte da paisagem urbana há muitos séculos. Contudo, a partir do processo de modernização das cidades eles foram progressivamente expulsos do meio urbano, tornando-se mais propriamente visíveis em meio rural (Aprobato Filho, 2006). Mas de quais animais está-se falando? Aparentemente de muitos, diversos e diferentes em suas relações com os humanos. Esse processo é bastante visível para os animais de criação com potencial econômico, como os de abate e tração, mas também para os cães, caçados pela famigerada ‘carrocinha’ que os levava, via de regra, para a morte (Aprobato Filho, 2006) (Osório, 2013, p. 144, grifo do autor).

Fortemente amparada pela tese de doutorado de Aprobato Filho (2006), cujo *locus* principal de reflexão é a cidade de São Paulo, a autora argumenta que a expulsão progressiva de tais animais das ruas das cidades brasileiras, mas também em outras partes do mundo, parece ter sido parte de um ímpeto modernizador que tentava traçar fronteiras rígidas entre o rural e o urbano. Em continuidade, a tarefa hoje teria saído do escopo do Estado e recaído na sociedade civil, através de protetores voluntários de animais de rua<sup>3</sup>, majoritariamente mulheres (Osório, 2016), conquanto muitos municípios brasileiros ainda recolham cães e/ou gatos, bem como outros animais soltos, e os levem a Centros de Controle de Zoonoses, indicando uma continuidade temporal de antigas políticas de retirada de animais (diversos) do meio urbano, bem como progressivas legislações municipais que impedem o tráfego de carroças de tração animal.

As carroças e, conseqüentemente, os carroceiros<sup>4</sup>, parecem um alvo privilegiado para se pensar tensões multiespecíficas concernentes ao rural e urbano na contemporaneidade. Não desejamos, aqui, reforçar uma fronteira estrita entre ambos os universos que, decerto, mantém tangenciamentos que podem ser explorados, por exemplo, a partir da noção de rurbano ou rururbano, conforme o caso do Lami<sup>5</sup>, na zona sul de Porto Alegre, analisado por Osório et al. (2021). Ao contrário, o universo dos carroceiros demonstra entrelaçamentos entre uma esfera e outra, como abordaremos a partir de três etnografias recentes (Carvalho, 2016; Oliveira, 2017; Barreto, 2022). Em Pelotas (Barreto, 2022), Belo Horizonte (Oliveira, 2017) e Natal (Carvalho, 2016), as etnografias recaem sobre ‘charretes’ e ‘carroças’<sup>6</sup>, respectivamente, como são chamados os carros de tração animal.

A conformação urbana de Natal nos anos 1940, em função da chegada de tropas norte-americanas à região, é o ponto de partida da análise de Carvalho (2016), aproximando o problema urbano da questão da presença de certos animais na cidade. A ideia de modernização é acionada apenas a partir da década de 1990, quando Natal passa a explorar mais fortemente sua vocação turística, o que a diferencia de Belo Horizonte e Pelotas,

<sup>3</sup> Categoria ampla que abarca diferentes indivíduos ou coletivos que atuam – sensível e politicamente – na proteção, conservação e manutenção da vida de animais domésticos abandonados no mundo urbano. Os protetores, ou protetoras, pois são majoritariamente mulheres, esboçam um discurso emocional relacionado ao cuidado (com um outro não-humano, individualizado, nomeado e incluído em uma unidade doméstica familiar). Nesse sentido, o estado delegou à sociedade civil seu velho projeto de exclusão dos animais do meio urbano, um projeto modernizador e higienista. Mas não apenas: delegou a uma parcela feminina da sociedade civil, que arca integralmente com os custos financeiros e emocionais desta contínua retirada dos animais das ruas. Para um debate mais robusto a esse respeito, ver Osório (2016; 2018).

<sup>4</sup> Fundamentalmente homens em Natal (Carvalho, 2016) e Belo Horizonte (Oliveira, 2017), mas também mulheres em Pelotas (Barreto, 2022).

<sup>5</sup> Bairro banhado pelo Lago Guaíba, situado na porção sul do município de Porto Alegre, que apresenta praias balneáveis e onde localizam-se diversas Unidades de Conservação de enorme relevância para a conservação da biodiversidade austral, uma vez que se trata de uma região de ecótono na qual os biomas da Mata Atlântica e do Pampa se encontram, mesclando seus elementos e características biogeográficas.

<sup>6</sup> Carvalho (2016) identifica a carroça como meio de transporte de objetos e/ou pessoas, ao passo em que a charrete, no contexto de Natal, apresenta um banco acolchoado, caracterizando-a para uso exclusivo de transporte humano.

por exemplo. Nos anos 2010, a iminência da Copa do Mundo no Brasil<sup>7</sup> reforçou tal imaginário. Em termos de transporte público, essa modernização teria privilegiado os veículos automotores, e “[...] como resposta a essa imagem, alguns carroceiros chegaram a se posicionar, em audiências públicas, sobre a importância da carroça como elemento histórico da construção identitária e estrutural da cidade de Natal” (Carvalho, 2016, p. 43). O processo modernizador, segundo a autora, previa tais audiências para o banimento do tráfego e criação de ungulados na zona urbana<sup>8</sup>, considerada ‘ilegal’, ‘ilegítima’ e ‘eminentemente rural’ em documentos oficiais do Ministério Público do Rio Grande do Norte, a partir não apenas da agência do poder público<sup>9</sup>, mas de ONGs de proteção animal que, conjuntamente a este poder, alegavam maus-tratos aos animais dos carroceiros.<sup>10</sup> Nesse sentido, lógicas distintas foram acionadas a favor e contra o trabalho animal.

Como pano de fundo, tem-se o processo modernizador de urbanização de um lado e, de outro, a nova agenda da proteção animal contra o trabalho dos carroceiros e, consequentemente, a presença de seus animais na cidade. Natal não está sozinha nesse processo. Sobre Belo Horizonte, Oliveira (2017, p. 99) afirma que “[...] o modo de vida carroceiro é visto (pelos grupos que controlam o Estado) como algo que irá se extinguir inexoravelmente em meio aos processos de modernização e consolidação territorial da administração pública [...]”, aparentemente menos por uma tensão que opera no imaginário rural *versus* urbano e mais por uma contenção e intervenção nas favelas onde os carroceiros residem, pois é onde encontram um ambiente capaz de abrigar os cavalos.

É bom que se diga que a agenda da proteção animal, como a entendemos aqui, é tipicamente urbana e raramente toca questões relativas ao agronegócio.<sup>11</sup> Não são necessariamente bem-estaristas (Singer, 2010) ou abolicionistas (Regan, 2006), dois grandes rivais do movimento animalitário em geral, uns a favor de melhores condições de tratamento dos animais, inclusive os de abate, outros absolutamente contrários a qualquer uso animal. Como Osório (2018) argumenta, a proteção animal, que é parcela do movimento animalitário, não está necessariamente alinhada a essa rivalidade, operando com categorias próprias. A agenda da modernização urbana, em nossa visão, inclui grupos de protetores porque suas ideologias se assentam bem juntas. No caso potiguar, inclusive, a noção de que os ungulados pertencem ao universo rural, onde, segundo uma protetora, podem ser utilizados para o trabalho porque são bem-tratados (Carvalho, 2016), indica as variações internas do animalitarismo em geral, tanto quanto uma explícita romantização do campo, típica da cidade, quando não o seu desconhecimento completo.

Por outro lado, não se deve subsumir uma urbanização modernizante simplesmente a uma tensão rural/urbano, conquanto ela seja visível no caso potiguar. Conforme a etnografia de Oliveira (2017) demonstra, da qual trataremos abaixo, o rural pulsa no *corpus* urbano, habita seus espaços, mas, seguindo Carvalho (2016), são visões de modernidade acionadas no caso natalense que tentam afastar os carroceiros – e o rural – na forma de um transporte visto como algo ultrapassado, o que poderíamos propor que contrapõe a modernização como progresso a uma noção de atraso, relacionada ao rural, como foi também o caso paulistano analisado por Aprobato Filho (2006). Ao desenhar um perfil dos carroceiros potiguares, a autora detecta uma forte ligação com o campo entre a geração mais antiga, que vai escasseando entre os mais jovens, já nascidos na capital do estado. Em Pelotas, o perfil traçado por Barreto (2022) destaca que o

[b]alanco feito entre 250 famílias do Projeto Ceval (ação interdisciplinar de auxílio a charreteiros e seus animais, promovido em parceria entre UFPel e Ecosul), em 2006, apontou que 80% tinha renda menor que um salário mínimo, 75% era fruto do êxodo rural, 85% não possuía a documentação básica e 30% das crianças em idade escolar estava fora das salas de aula (Barreto, 2022, p. 19).

A ligação com o meio rural aparece mais fortemente em Pelotas do que em Natal. Ali, o autor sugere que

[o] uso de tração animal não reflete, necessariamente, ausência de outras opções, mas uma preferência que leva em conta a preservação de um elo com o antigo modo de vida rural. Nesse cenário, trabalhos que dispensem o uso dos cavalos são preteridos por muitas pessoas. Em determinadas situações, existe a opção por outras fontes de renda,

<sup>7</sup> As transformações urbanas na cidade de Porto Alegre em decorrência da Copa do Mundo, por exemplo, impulsionaram um contingente populacional que foi deslocado de áreas mais centrais em direção à zona sul da capital, em parte ao bairro do Lami, onde está localizada a REBIO José Lutzemberger (Rechenberg, 2007).

<sup>8</sup> Proibição que não é exclusiva aos debates da capital potiguar, mas igualmente observada pela autora em Recife (Carvalho, 2016) e, de conhecimento nosso, em Porto Alegre e Petrópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro, por exemplo. A última, sede de verão do Império, trocou as charretes turísticas por veículos automotores de estética condizente à sua exploração turística deste período histórico. Em comum, tais propostas normalmente erguem a bandeira da substituição dos animais de tração por ciclomoteres ou bicicletas. Um caso interessante é o do abandono espontâneo do uso de jegues no interior nordestino, analisado por Sússekind e Azevedo (2019), trocados por ciclomoteres. Ali, foram igualmente chamados de jegue. No caso das carroças, são referidos como ‘cavalo de lata’ (Carvalho, 2016; Oliveira, 2017; Barreto, 2022).

<sup>9</sup> Em uma reviravolta, a Prefeitura passou a se eximir de uma série de demandas impostas nas audiências, reiterando que a legislação municipal permitia o trânsito de carroças.

<sup>10</sup> Estimados em 700 a duas mil pessoas (Carvalho, 2016), o que sugere um número superior de animais de tração, já que alguns carroceiros detêm mais de um equino. Em Belo Horizonte, a estimativa gira entre 10 a 14 mil indivíduos (Oliveira, 2017) e, em Pelotas, em cerca de três mil (Barreto, 2022).

<sup>11</sup> Barreto (2022, p. 32) indica, não sem razão, que “[...] se muitas pessoas preferem não saber o que acontece dentro dos frigoríficos, com relação à tração animal não é muito fácil ignorar, já que o fenômeno chega à vista a qualquer hora dentro das cidades”.

mas aliada a um esforço pela manutenção do cavalo como companheiro, junto a cães e gatos. Isso explica a resistência de muitas famílias em deixar áreas marginais, propensas a inundações, lodo e infestações de parasitas. Fora dali, teriam de abrir mão de seus cavalos (Barreto, 2022, p. 19).

Esse ‘abrir mão’ também foi indicado por Oliveira (2017) para o contexto belorizontino. Permanecer em áreas marginalizadas, ainda que geograficamente centrais na cidade, é um mecanismo de preservação da díade humano-cavalo, que normalmente vem junto da criação de outros animais eminentemente rurais, não apenas cães e gatos, inseridos como estão nas dinâmicas urbanas.

A tensão rural/urbano é uma ferramenta analítica utilizada por Carvalho (2016) para identificar trajetórias e a nós, não nos parece que constitua ou deva constituir necessariamente uma antítese, conquanto o seja nos discursos modernizantes. Fato é que os carroceiros migrantes só passam a exercer a atividade a partir do próprio processo migratório, como demonstra a autora, alguns deles criando patos, galinhas, porcos e carneiros em seus quintais. Igualmente, a ‘vaquejada’ aparece entre alguns dos entrevistados da autora como um momento de festa em que a relação humano-animal se intensifica e o âmbito rural é evocado em plena cidade, ao passo em que em Belo Horizonte era a ‘cavalgada’ que reunia os carroceiros em uma favela (Oliveira, 2017), num clima igualmente de festa.

É prudente indicar que tanto Oliveira (2017) quanto Barreto (2022) e Carvalho (2016) tomam os próprios carroceiros (ou charreteiros) como sujeitos de pesquisa, mais do que a seus animais, embora estes sejam reiteradamente incluídos na análise dos primeiros dois autores. Entendemos, junto com Oliveira (2017) que, no caso de cavalos, mulas, burros ou jumentos, a díade humano-animal, mediada pela carroça ou não, transforma-os na imagem do centauro, conquanto as relações entre carroceiros e seus animais varie de uma cidade a outra. De nosso ponto de vista, a negativa ao exercício dos carroceiros é, ao mesmo tempo, uma negativa ao trabalho animal e sua presença nas cidades, seja pela égide da agenda animalitária e protecionista ou por lógicas que evocam a ideia de modernidade associada à urbe e, consequentemente, a certa ‘higienização’ dos espaços urbanos, o que significa, não raro, na ausência de certa fauna urbana.

Precisamos salientar, ainda, que a relação entre carroceiros e seus animais não é igual nas três etnografias mencionadas. Aparentemente, todos os carroceiros afirmam gostar de animais, eventualmente criando outras espécies em seu entorno, mas em Belo Horizonte eles são parceiros de trabalho, conquanto economicamente negociados, enquanto em Natal o valor econômico do animal aparece de modo mais evidente nos discursos locais, onde vários animais sequer detinham nomes, embora ‘apego’ fosse uma categoria mobilizada. Em Pelotas, à semelhança, Barreto (2022, p. 103) indica que “[...] apesar de toda a afetividade demonstrada por muitos interlocutores, a relação primordial com os cavalos é de trabalho”.

Os carroceiros de Natal, eles próprios, descreveram à pesquisadora um tempo pregresso onde circular pela cidade era algo natural, fazendo o transporte de pessoas ou de entulho. Esse tempo, no entanto, estava em vias de acabar. Se um dia, entre as décadas de 1970 e 1980, recebiam alimentação da Prefeitura para os animais e, nas duas décadas seguintes, contribuíam com o recolhimento oficial de resíduos na cidade, nos anos 2010 haviam se tornado *personas non gratas*.

Analisados a partir de dois ‘pontos’ de trabalho, transportavam, à época da etnografia (2015), material de construção, os chamados carroceiros ‘de frete’, em oposição aos ‘de reciclagem’, que Carvalho (2016) encontrou em três diferentes comunidades de baixa renda na cidade potiguar, indicando não apenas uma diferenciação interna ao grupo como, da mesma forma que Oliveira (2017), as heterogeneidades da vida urbana socioeconomicamente estratificada. O mesmo vale para Pelotas, onde os charreteiros operam transportes de frete ou de materiais recicláveis, tentando se diferenciar uns dos outros (Barreto, 2022).

Oliveira (2017) trata mais especificamente na região de ‘vila’ São Tomás, uma favela na periferia da capital mineira que sofreu com projetos de remoção, o que nos permite realçar as diferenças socioeconômicas do meio urbano, tratado até aqui como se fosse homogêneo, embora o caso do Lami (Osório et al., 2021), em Porto Alegre, tenha apontado para éticas e estéticas que não são marcadas pelo concreto e o asfalto que o imaginário da ‘selva de pedra’ normalmente aciona. Próxima ao Aeroporto da Pampulha, a vila São Tomás conta com um montante de carroceiros, cujos cavalos, junto a algumas vacas, pastam na base área<sup>12</sup>, reforçando a ideia da presença dos animais nesses ‘não-lugares’ (Augé, 2008) urbanos. Vizinha à Lagoa da Pampulha, a vila São

<sup>12</sup> Onde, segundo Oliveira (2017), corta-se capim para dar de comer aos cavalos, além de em outras regiões contíguas. Em Natal, conforme Carvalho (2016), os animais pastam capim em terrenos baldios, mas é mais comum que se os alimente com talos de bananeira, plantas como o capim-elefante ou as ‘ramas’, além de casca de algodão e soja ou misturas de farelo de milho e/ou trigo, as últimas quatro compradas em ‘casas de ração’. Casca de feijão verde, bagaço e palha de milho, bem como frutas apodrecidas são conseguidas, ainda, a partir de doações. Em Pelotas, Barreto (2022) menciona a alimentação de pasto, farelo de trigo e/ou milho, esses dois últimos vistos como sinônimo de qualidade na alimentação equina. Ali, também, o autor relata que “[...] por toda cidade [de Pelotas] é possível observar cavalos e pôneis em áreas verdes, públicas ou privadas [...]” (Barreto, 2022, p. 93), alguns presos, outros soltos, e, presume, mesmo abandonados por não servirem mais ao trabalho. “Praças, parques, terrenos baldios e similares são muito utilizados para deixar os animais por alguns períodos” (Barreto, 2022, p. 96).

Tomás não é o único espaço de vida animal não-humana em Belo Horizonte, decerto. O autor indica a presença de ‘haras urbanos’ na região, onde um carroceiro adquire e revende feno, operando, ainda, entrelaçamentos entre espaços periféricos e de classe média.

Em Belo Horizonte, os carroceiros retiram entulhos e podas de árvore. Trafegam fora das vias principais, segundo o autor, preferindo caminhos de terra próximos a córregos. ‘Cidade’, entre os pesquisados, se opõe a ‘comunidade’, uma estrutura que distancia o centro da capital mineira das vilas e favelas que habitam. Cabritos, cães, gatos, patos, galinhas e porcos são também elencados por Oliveira (2017) como parte da paisagem, constituída de construtos típicos das periferias urbanas, recheadas por animais domésticos normalmente pensados como de âmbito rural (como os porcos que perambulam pelas ruas do bairro de Santa Teresa, próximo à Favela dos Prazeres, na cidade do Rio de Janeiro), o que faz com que sua presença não seja apenas um indício de marginalização, mas também de um imaginário guardado por intelectuais e poder público que aparta, tenta ou tende a separar os animais da vida urbana, conquanto aí eles estejam, seja como problema (pombos, macacos-prego, urubus, cavalos, entre outros), seja como deleite (garças, os mesmos macacos-prego, bugios, tucanos, etc). O que desenha a linha entre um e outro é tênue, como demonstra Rapchan (2016), constituindo-se num problema simbólico, mas ao mesmo tempo material: fronteiras imaginadas sobre os animais recaem, também, sobre seus humanos, como é o caso dos carroceiros.

Na vila São Tomás, no córrego que corta a comunidade, Oliveira (2017) ainda elenca peixes e tartarugas, além de pássaros, como era de se esperar, trazendo ambientes aéreos e aquáticos para a análise. No entanto, é o córrego que representa o universo selvagem da vila São Tomás, de onde advém enchentes – força da natureza que os empreendimentos de remodelagem urbana tentam conter, mas onde os animais silvestres encontram ‘casa’ em meio ao urbano, ou nas áreas de tensão entre rural e urbano. Não obstante, o autor o trata como um ambiente ‘urbano’, que é a abordagem pela qual optamos aqui, borrando fronteiras que insistem em separar natureza e cultura, urbano e rural, urbano e selvático.

Oliveira (2017) indica que o planejamento de Belo Horizonte continha um núcleo central, positivamente pensado como moderno e racional, circundado por periferias suburbanas e, estas, por áreas rurais<sup>13</sup>, às quais um comentador se refere como uma não-cidade, inclusive em termos de cidadania. Nesse sentido, concordamos com o autor quando ressalta que há uma diferença entre a cidade planejada, caso também de Maringá (Rapchan, 2016), e a cidade habitada. Não há razão para se separar aqui animais selvagens de uma (macacos-prego em Maringá) e os domésticos da periferia da outra, pois todos fazem parte da cidade habitada por humanos e não-humanos.

É também visível em Belo Horizonte a tentativa de regular o trabalho dos carroceiros e o uso que fazem de seus animais de tração, mormente cavalos. Tanto Oliveira (2017) quanto Carvalho (2016) se debruçam sobre parte dessa legislação que, não sendo nosso objetivo aqui, deixaremos ao leitor buscar. O importante é frisar que as noções de modernidade, pós-modernidade, meio ambiente, sustentabilidade e evolução social emergem tanto aqui como ali. Na capital mineira, como na potiguar, “[...] o pressuposto evolucionista da política pública considera os carroceiros como anacrônicos na realidade urbana contemporânea” (Oliveira, 2017, p. 144). Em Natal, uma protetora chegou a classificar as carroças como medievais (Carvalho, 2016), categoria também encontrada por Oliveira (2017) em material de campanha do protecionismo animal local contra o uso de veículos de tração animal.

Por meio de uma sistemática objetificação do outro como se ele não fosse alguém contemporâneo e simultâneo, isto é, participante do nosso tempo e do nosso mundo, um efeito de distanciamento no tempo legitima uma representação na qual os carroceiros estariam ‘atrasados’ na civilização (Oliveira, 2017, p. 145, grifo do autor).

O autor identifica tentativas malfadadas de se efetuar a restrição do uso de veículos de tração animal na cidade. Entre as vozes favoráveis, estavam lá, como em Natal, segmentos do movimento animalitário. No entanto,

[o] que podemos ponderar ao observar a estruturação da audiência é que a demanda por proibição da tração animal não refletia um pleito por proibição de todo e qualquer trabalho executado por cavalos, junto a humanos genéricos. Pelo contrário, mais do que ‘pobres cavalos’, a questão era limitar a tutela sobre os ‘cavalos pobres’ para que eles não fossem ‘escravizados’ por pessoas pobres, como se fosse o dever dos protetores dos animais defender os cavalos em geral daqueles humanos em particular (Oliveira, 2017, p. 160, grifo do autor).

Seguindo em sua argumentação, que relembra muito o debate inglês do século XIX analisado por Ritvo (1987), o autor afirma que

<sup>13</sup> Referência similar é efetuada acerca da cidade de Natal (Carvalho, 2016).

[e]nquanto os carroceiros afirmavam uma esfera coletiva de existência singular informada por uma ética compartilhada pela peculiar comunidade moral onde existem, composta por humanos e não-humanos, particularizada e vizinha de outros modos de vida com os quais convivem, os ativistas diziam falar em nome da sociedade de Belo Horizonte como um todo, além de uma genérica humanidade representada pelas classes médias urbanas em processo de modificação das sensibilidades referentes à normatização do vínculo entre humanos e animais. Para os carroceiros, a luta política estava em torno do direito de poder ser carroceiro e a partir desse modo de vida ter uma vida urbana (Oliveira, 2017, p. 171).

Observa-se, portanto, que a recusa aos animais de tração nas cidades, tanto em Natal quanto em Belo Horizonte, como exemplos etnografados em profundidade, opera a partir de uma expulsão não em termos de ojeriza, mas de uma preocupação com os chamados direitos dos animais, sobrepostos à lógica de um imaginário modernizante que opera, simultaneamente, num embate entre visões de mundo distintas segundo as classes sociais a que os narradores pertencem: de um lado, os ‘pobres’ regulados pelo poder estatal; de outro, as classes médias e elites, regulando aqueles para que ingressem em sua visão do que a cidade deveria ser como ideal de civilidade urbana.

Os mesmos elementos emergem na análise de Barreto (2022): tensões urbano/rural, proibição do tráfego de charretes, como as carroças são chamadas em Pelotas, e protecionismo animal, configurando um mesmo pano de fundo nas três etnografias elencadas, que se complementam mutuamente sem, com isso, imaginarmos que dão conta de todas as diferenças locais que, decerto, existem pelas inúmeras cidades brasileiras. Elaboradas a partir de três distintas macrorregiões nacionais, não obstante, acreditamos que embasam um panorama relativamente homogêneo de contenção dos animais vistos como rurais no meio urbano. Aqui destacamos mais as semelhanças do que as diferenças, embora estas sejam assinaladas pontualmente, de modo a resumir tal panorama.

Em Pelotas, encontra-se situação muito semelhante à de Belo Horizonte, pois

[a]s famílias que utilizam VTAs [veículos de transporte animal] dependem de áreas livres e com pastagens para manter seus animais, não raras vezes terrenos particulares, alvos de empreendimentos imobiliários, ou áreas do município, como as margens do Canal São Gonçalo. Amiúde fazem uso de zonas sob a mira da ‘higienização’ da cidade, consideradas nobres ou em pontos estratégicos para o que o poder público e setores empresariais entendem por desenvolvimento. Frequentemente, essas pessoas e seus animais estão instalados em lugares sem plena infraestrutura, e muitas vezes em condições bastante precárias, em regiões sujeitas a alagamentos e longe dos serviços básicos, em meio a detritos que aumentam o risco de proliferação de diversas zoonoses (Barreto, 2022, p. 17, grifo do autor).

Contatadas pelo autor a partir de um programa de extensão da Universidade Federal de Pelotas, de atendimento veterinário, a paisagem do Loteamento Ceval, uma zona empobrecida da cidade, se assemelha, ao longe, à da vila São Tomás, na capital mineira, igualmente cortada por um ‘canal’ dado a enchentes<sup>14</sup> e moradias irregulares, segundo o autor, com “[...] traços rurais muito fortes, expressos sobretudo na criação de animais de produção, como porcos, ovelhas, vacas, galinhas e cavalos” (Barreto, 2022, p. 38), mas também hortas.

Pelotas fez fortuna com o ciclo do charque, no século XVIII, ampliando progressivamente sua área urbana. Segundo o autor, foi entre os dois séculos seguintes que uma política higienizadora varreu áreas consideradas nobres de populações de baixa renda, levando-as a locais mais distantes. Atualmente, sugere ele, um viés ecológico foi acrescentado a uma antiga movimentação histórica.

Assim, um charreteiro representa um híbrido, situado entre o rural e o urbano, praticando uma atividade típica do campo nas ruas da cidade. Usa um animal de grande porte, animal de fazenda, para puxar um veículo com pneus aptos ao asfalto urbano. Habita a cidade, mas em suas áreas mais próximas às árvores, córregos, terra e lodo. Seu cavalo é animal de trabalho, mas também de estimação. Confunde as temporalidades, em sua prática considerada por muitos arcaica e incompatível com a atualidade, ao mesmo tempo em que é vanguarda ao coletar materiais recicláveis. É, para o senso comum, ‘vítima’ e ‘vilão’ (Barreto, 2022, p. 18, grifo do autor).

A proposta de Barreto ao usar o conceito de ‘híbrido’ de Latour (1994) nos parece interessante justamente para dispensar um total afastamento entre os universos rural e urbano, conquanto a própria existência dos carroceiros/charreteiros faça emergir uma tal tensão, mormente do ponto de vista da modernização das cidades, como os estudos anteriores foram felizes em demonstrar, assim esperamos. É esse hibridismo que queremos aqui ressaltar, na medida em que rural e urbano, tradicional e moderno, parecem sempre emergir como antíteses, mas, na prática, podem estar entrelaçados tanto em paisagens como em modos de vida, que é o caso dos carroceiros analisados do sul ao nordeste do país. O autor indica, ainda, que “[...] por estar em locais

<sup>14</sup> Uma das áreas mais alagadiças é referida localmente como “[...] pântano” (Barreto, 2022, p. 38).

oficialmente urbanos, [a população do Loteamento Ceval] não é contemplada por políticas públicas que beneficiam as famílias rurais convencionais [...]” (Barreto, 2022, p. 39), o que indica essa ambiguidade de um modo de vida que ele considera rural em plena zona urbana pelotense. Como que para acentuar esse universo rural, o autor ainda afirma que

[a] derrocada industrial trouxe empobrecimento, mas os cavalos não são, necessariamente, indícios de precariedade econômica. O pônei retratado, por exemplo, pode ser considerado item supérfluo, posto que não é usado para puxar carroça. Existem carroceiros que não conseguem fornecer aos animais as condições mínimas para que se mantenham saudáveis, mas também existem muitos com suficientes recursos para a manutenção de animais de lazer (Barreto, 2022, p. 97).

Também na cidade gaúcha tentou-se proibir o tráfego de veículos de tração animal e sua substituição por ciclomotores adaptados ao transporte de cargas. Para o autor, dois motivos fundamentais regem a (in)disposição: o bem estar animal, como também visto nas capitais potiguar e mineira, e a noção de ordenamento do espaço público, o que aparece também no caso natalense, embora mais fortemente sobre a égide da noção de modernização. Concordamos com ele quando aponta que “[...] não é apenas uma disputa sobre o trabalho com animais, mas igualmente uma disputa sobre a cidade [...]” (Barreto, 2022, p. 117), dado que tais exceções não tangenciam o considerado meio rural, ainda operacionalizadas como uma antítese imaginária, mas, como sabemos, o imaginário detém poder.

### **Animais selvagens em meio urbano: o atravessamento de fronteiras**

Mas, e os animais selvagens, como pensá-los no mundo urbano contemporâneo? Edmund Leach (1983), ao pensar sobre os insultos verbais proferidos a partir de uma analogia entre humanos e animais, constitui séries estruturais, como é do feitio do autor, para se pensar o espaço e as diferentes categorias de classificação animal, entre outras distinções que não nos interessam aqui (comestibilidade e parentesco). Numa dessas séries, temos: (1) eu, casa, fazenda, campo, longínquo (remoto); enquanto em outra, lê-se (2) eu, animal de estimação, gado (animais de criação), caça, animais selvagens. Uma terceira série indica que (3) homens: animais domesticados/não-homem: animais selvagens e, na interseção desses dois conjuntos, em posição anômala, estão animais de estimação: caça, junção que retoma o problema da comestibilidade, embora nem toda caça seja para consumo alimentar, como ilustram os casos de caçadores de troféus.

Se lidas na vertical, as primeiras duas séries indicam o que nos parece relativamente óbvio, ou seja, que os animais de estimação habitam a casa (e não devem estar nas ruas, conforme Osório, 2013), que os animais de criação são mantidos em fazendas, que a caça está num espaço denominado ‘campo’ e que os animais selvagens são ‘remotos’. Talvez, para a Inglaterra natal do autor, essa leitura possa ainda ser válida, mas, para o Brasil, genericamente falando, de certo, não, e acreditamos que o mesmo possa ocorrer no sul global, além de áreas do hemisfério norte. A questão é que os animais selvagens também trafegam e habitam a urbe, espaço simbólico que não aparece nas séries leachianas, provavelmente porque o imaginário antitético entre animais e cidades foi acionado pelo autor. Para além dessa ausência, o traçado de fronteiras espaciais para cada tipo de relação (doméstico/selvagem) nos parece igualmente explícito.

Selecionamos um conjunto de etnografias brasileiras recentes para pensar a presença dos animais nas cidades, material empírico que permite não apenas atestar nossa coexistência, mas que traz luz sobre a ambiguidade de uma classificação fechada entre as próprias categorias de doméstico e selvagem. Começamos com os singelos pombos que Sara Moreno (2019) observou no porto de Santos (SP). Classificados como pragas (‘ratos com asas’) e um risco à saúde humana, sua presença deu ensejo a uma miríade de aparatos de contenção e expulsão, no intuito de banir e/ou controlar sua presença naquele contexto. O que mais incomodava aos funcionários locais, no entanto, eram os excrementos que os animais depositavam desavergonhadamente sobre os carros. Ave encontrada na maioria das grandes metrópoles globais, o pombo costuma ser alvo de quem o ame e alimente, ou de quem o odeie. Introduzido como espécie exótica no Brasil, adaptou-se tão bem que hoje é parte da paisagem citadina. Mas constitui ele uma espécie doméstica ou selvagem?

Como gatos e cães, o pombo pode ter uma vida doméstica, criado em gaiolas, treinado para transportar mensagens ou mesmo consumido. Doméstico. Mas, como os mesmos cães e gatos, ou bovinos e equinos – todas espécies exóticas à fauna nacional, é bom que se diga – ele se asselvaja, dado que a domesticidade é um estado impermanente (Digard, 2009), que deve sempre ser reforçado. Então, os pombos que recebem repastos das mãos de cuidadores são domésticos? Não necessariamente. No meio urbano, eles devem ser considerados animais selvagens, ou ainda, se alguns preferirem, uma ambiguidade, pois confunde o

doméstico e o selvático na urbe. Não importam nossas categorias de pensamento, lá estão eles, como estão os urubus e outras aves de vida livre nas paisagens citadinas.

No contexto urbano de Belém (PA) é possível perceber através de uma etnografia interessada nas relações interespecies que diversas aves urbanas da fauna nativa amazônica – mas, não apenas elas, já que o mundo urbano belenense é um universo multiespecífico complexo – praticam intensamente inúmeras áreas da cidade interagindo de maneira cotidiana com os coletivos humanos. Entre elas destacamos as espécies estudadas pelo primeiro autor: as garças-brancas-grandes, os urubus-de-cabeça-preta e os periquitos-de-asa-branca. Obviamente, tais populações se utilizam tanto das áreas verdes urbanas – incluindo as grandes samaumeiras isoladas (ou não, já que podem constituir coletivos de dois ou três indivíduos) e mangueiras (também os famosos túneis de mangueiras presentes no centro da metrópole) – assim como os construtos humanos (prédios, postes, portos, entre outros elementos).

Na realidade os três coletivos mencionados constituem *comunal roostings* em pontos de enorme relevância e de grande frequência humana na cidade.<sup>15</sup> Tais espécies podem ser consideradas sinúrbicas, uma vez que se adaptaram ao contexto citadino de maneira a exercerem a sinantropia ‘na’ área urbana, pois tiram proveito do convívio com os humanos de maneira a co-criarem – portanto, não seria um erro dizer que co-evoluem, no sentido de (co)derivarem junto aos humanos nas dinâmicas paisageiras coexistências ‘na’ e ‘da’ urbe – que, se num determinado nível (macro, por certo) pode ser interpretado como constituindo relações multiespecies, nos termos mais pontuais e localizados das interações ecológicas são, claramente, interespecíficas. As paisagens coexistenciais interespecies que desenham com os humanos é parte dos ecossistemas urbanos mais-que-humanos que compõem a metrópole amazônica. É neste sentido que as excretas das garças na Praça Batista Campos incomodam as camadas médias e altas que usufruem daquele espaço para caminhar ou praticar *jogging* – lembrando, até certo ponto, os pombos do Porto de Santos (Moreno, 2019); que os urubus exercem o comensalismo na Pedra do Peixe junto ao trabalho dos peixeiros, próximo à Praça Dom Pedro II onde as aves descansam à noite, bem como os periquitos que estavam presentes diariamente no Centro Arquitetônico de Nazaré (CAN) e foram forçados a se mudarem para o bairro de São Brás, diante dos impactos do foguetório no período do Círio de Nazaré, sempre no mês de outubro, ao longo dos anos.

O mesmo autor reflete, ainda, sobre os bugios-ruivos na zona sul de Porto Alegre, uma região urbana com forte presença de práticas campeiras/gauchescas e áreas florestadas junto ao Lago Guaíba. No caso, a partir do bairro do Lami e sua Unidade de Conservação municipal, a Reserva Biológica do Lami. Os primatas urbanos altamente ameaçados de extinção convivem com os moradores do bairro e são *habitués* nos espaços urbanos e pátios das moradias, lançando mão das estruturas e construções humanas para acessarem os diferentes locais de forrageio e descanso no referido bairro. As edificações e muros servem como lugares de deambulação da espécie diante da escassez de árvores – e, portanto da inexistência e/o fragmentação de corredores ecológicos (supridos, por vezes, por pontes para os macacos colocadas por biólogos e ambientalistas).

Os primatas, portanto, praticam<sup>16</sup> os lugares – telhados das casas, muros e cercas, postes e fios elétricos, árvores que compõem os pátios – com grande proximidade em relação aos humanos, produzindo intensas paisagens conviviais. A presença de cães é sempre um perigo para os macacos e, não raro, algum membro dos grupos que habitam o bairro, sucumbe pela ação predatória canina. Outro problema é a frequente eletrocução de indivíduos já que a fiação constitui uma linha de deriva de um ponto a outro no Lami (Silveira, 2021), pois a espécie não restringe sua ocorrência aos limites da REBIO.

As reflexões de Silveira dialogam, de certa forma, com o observado por Rapchan (2016) em Maringá acerca dos macacos-prego, primata que também pratica diferentes lugares nas paisagens urbanas brasileiras. Se no primeiro caso, os animais, longe de estarem contidos na reserva, expandem seus territórios à zona de amortecimento contígua à Unidade de Conservação, ao contrário dos macacos-prego estudados por Rapchan (2016, p. 355) em Maringá, oeste do Paraná, eles não “[...] geram reações de conflito e competição [com humanos]”. No contexto estudado pela autora, os macacos-prego

[...] agarram rapidamente objetos, peças de roupa ou comida e desaparecem rapidamente, são chamados de ladrões ou invasores, em que pese o fato de alguns moradores dos arredores, principalmente os mais antigos, se encantarem com o contato tão próximo com os macacos e mesmo deixarem frutas não colhidas nas mangueiras ou em fruteiras colocadas nas janelas abertas de suas casas térreas (Rapchan, 2016, p. 355).

<sup>15</sup> Os *comunal roostings* situam-se na Praça Batista Campos (garças-brancas-grandes); Praça Dom Pedro II (urubus-de-cabeça-preta) e Centro Arquitetônico de Nazaré (CAN) – periquitos-de-asa-branca. Trata-se de niniais coletivos visando o descanso noturno e, mesmo, a reprodução.

<sup>16</sup> A ideia de praticar o espaço, no sentido mais amplo e extenso – mas também os lugares, em termos localizados – deriva de Michel de Certeau (1994).

No Lami, geralmente, os bugios permanecem afastados do interior das residências, mais interessados em folhagens e frutos das áreas verdes do bairro estejam elas situadas em quintais ou espaços públicos (ao longo das ruas, nas praças, em grandes figueiras). São animais maiores que os pregos e podemos dizer que, até certo ponto, mais arredios e, por isso, com um comportamento menos propício a interações com humanos do que aqueles.

Sobre Maringá, a autora nos dá mais algumas informações preciosas. A cidade teria sido

[...] planejada a partir do conceito de cidade jardim do britânico Ebenezer Howard (Verri, 2001) caracterizado por vias planejadas e intensamente arborizadas. A expansão do plano urbano da cidade não acompanhou seu projeto inicial e, desse modo, verificam-se fortes contrastes entre a concentração de árvores no centro e nas zonas contíguas em detrimento dos outros bairros. Ao mesmo tempo, segundo dados publicados no site da Secretaria do Meio Ambiente, a cidade possui dezessete bosques além de uma extensa rede de áreas de conservação de fundos de vale. As áreas verdes da cidade habitadas por macacos-prego são o Parque do Ingá, o Bosque dos Pioneiros (Bosque II) e o Parque Borba Gato. [...] [Este último] Está fechado à visitação pública desde 2004 por suspeita de ser um centro difusor de leishmaniose no município. Os três parques habitados por macacos-prego estão cercados por ocupações humanas, contudo, esse é o único localizado na periferia da cidade. Não possui boa infraestrutura para esporte e lazer em seu perímetro externo, ao contrário dos outros dois, e figura na imprensa como local bonito, mas insalubre com registros de macacos que reviram o lixo da vizinhança e denúncias de deposição de lixo e entulho em suas dependências (Rapchan, 2016, p. 353).

O conceito de cidade-jardim é interessante na medida em que contrapõe áreas verdes planejadas, como o caso de Maringá, a Unidades de Conservação, como é o caso do Lami, em Porto Alegre, ou mesmo do Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, ele mesmo reflorestado a partir de um cafezal, bem como o Parque Borba Gato que, segundo a autora, é uma UC em Maringá. Coexistem no meio urbano, portanto, várias formas de áreas verdes, nomenclatura generalizante que engloba todas as vertentes de vegetação, cuja existência é fundamental à manutenção de uma determinada fauna selvática, como símios, aves e pássaros, embora não todos, como os pombos do porto de Santos (Moreno, 2019) exemplificam. Tais complexidades demonstram que o domesticado, aqui como uma espécie de sinônimo de civilizado está tensionado ao selvático, mesmo que este último esteja vinculado a certa gestão do vivo seja pelo 'cultivo' da floresta, seu manejo, ou pelas bio/geopolíticas de conservação porque definem as fronteiras entre ambos nas paisagens citadinas.

Um fato curioso sobre as áreas verdes é que elas costumam ser percebidas por parcela da população urbana, geralmente, como espaços escolhidos pelas pessoas que abandonam animais de estimação, engendrando determinadas confusões entre doméstico e selvático, privado e público, entre outras dimensões do vivido, borrando as fronteiras. Conforme Osório (2013) argumenta, uma associação bastante complexa entre animalidade e natureza é acionada, mas não somente, pois outros 'não-lugares' (Augé, 2008) são igualmente *loci* de abandono, como estacionamentos, cemitérios (Delaporte, 1988), parques de diversão, *campi* universitários<sup>17</sup>, entre outros construtos humanos na urbe. Se os espaços urbanos não parecem mais comportar os animais é porque pensamos ambos como antitéticos, numa relação epistemológica que os contrapõe à vida urbana, e não porque ali eles não se encontram.

Como observa Rapchan (2016),

[a]ssim, enquanto o parque e seus arredores são, para os macacos-prego, espaços contínuos que podem ser explorados, apesar de apresentarem elementos um tanto quanto diversos; para os humanos, os domínios do parque, das vias públicas e das casas têm fronteiras profundamente marcadas e limites distintos (Rapchan, 2016, p. 355).

Essas fronteiras são físicas, mas igualmente simbólicas. Macacos residem nas áreas verdes e suas bordas, enquanto humanos não o fazem, ou assim pensamos. Contudo, as etnografias contemporâneas demonstram que ambos os sujeitos, humanos e animais, estão em relação num mesmo espaço pensado como sendo a urbe. Esta não é formada exclusivamente pelos aparatos humanos de concreto e asfalto, mas também por áreas verdes, e muito menos estão constituídas apenas por coletivos humanos.

Uma fronteira é sempre, e necessariamente, porosa. Ela pode ser vigiada e controlada, mas o ir-e-vir faz emergir sua condição ambígua de não ser nem um lugar, nem o outro. Simbolicamente, ela é este não-lugar de que nos fala Augé (2008). Ainda assim, o aparato físico das fronteiras das áreas verdes pode ser visível, como grades, muros ou mesmo calçadas e ruas, constituindo, sim, lugares de expressões de poder. Onde começa o território de humanos e termina o de animais se os humanos perambulam, como os animais, por fronteiras e entornos?

<sup>17</sup> Inclusive o campus Guamá da UFPA, onde um dos autores efetuou pesquisa sobre abandono de animais e proteção a matilhas de cães e colônias de gatos, cujas análises ainda serão publicadas.

Os parques são, por princípio, espaços de 'natureza preservada', contida e administrada segundo as regras do poder público dentro das cidades. Além de encerrarem, em si, conflitos profundos entre os domínios da natureza e da cultura, a manutenção dos parques em seu formato definido por humanos depende da habilidade para gerenciar a natureza que escapa de seus limites e se manifesta nos espaços de cultura onde ela não é desejada porque a natureza não reconhece os muros como limites sociais que se expressam simbolicamente através da cultura (Leach, 1978), ou, ao menos, não o fazem do modo esperado pelos humanos que também partilham esses espaços (Rapchan, 2016, p. 359, grifo do autor).

Observa-se a distinção epistemológica de categorias de pensamento que contrapõem o urbano, em seu aspecto inexoravelmente humano, a uma animalidade associada à natureza, excluída imaginariamente do urbano, conquanto ali ela esteja o tempo todo produzindo paisagens conosco, elaborando formas co-criativas de praticar e, por isso mesmo, de simbolizar os lugares no espaço e no tempo citadinos.

Uma das diferenças entre animais domésticos e selvagens nas cidades é que entre uns se constitui uma 'comunidade moral', como observa Oliveira (2017), enquanto entre outros não, como as reflexões de Rapchan (2016) indicam. Ou talvez fosse melhor dizer que indicam formas de moralidades distintas que, todavia, convivem e se imiscuem no urbano: nós identificamos, em Porto Alegre, como as protetoras definem um tipo de moralidade que convive tensionalmente com aquela dos ambientalistas. Os limites entre tais moralidades se referem ao lugar do vivo no mundo urbano contemporâneo, ou a primazia de certas vidas em relação a outras. Numa visita a um sítio que contata cerca de quatrocentos cachorros e trinta gatos, além de um cavalo e algumas galinhas numa zona rurubana da capital gaúcha, presenciamos o etos protecionista em jogo. Ao relatar esta visita a ambientalistas locais, associados a uma Unidade de Conservação, testemunhamos seu choque moral absoluto, pois pensavam que se os animais fugissem, toda a fauna silvestre da zona de amortecimento estaria em perigo. Com esse breve relato, acreditamos ser possível compreender que se trata de lógicas distintas.

Em 2021, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, um dos autores deste trabalho se mudou para um condomínio com uma área verde de fundos que funciona como corredor ecológico para algumas espécies nativas da Mata Atlântica, como saguis<sup>18</sup>, tucanos, jacus, serpentes e macacos-prego. Essa zona verde é bem próxima à Área de Proteção Ambiental de Santa Teresa, que recebe o nome do bairro, que, por sua vez, é contígua ao Parque Nacional da Tijuca (PNT), onde fica o famoso monumento do Cristo Redentor, cujos braços se abrem para a zonal sul carioca. De fato, no ponto em que se situa a residência, é possível ver o contínuo tráfego de táxis, carros de aplicativo e vans turísticas, com ou sem a logomarca do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), levando turistas ao referido monumento.

Caminhar por Santa Teresa, na qualidade de morador, em que pesem as diferenças locais, foi um pouco como caminhar pelo Lami. Segundo Silveira (2021):

[q]uando o caminhante percorre as ruas do Lami é preciso atentar aos pátios, aos seus mosaicos heteróclitos, produtores de arranjos formais diversos. Cada espacialidade do lugar que é um pátio tem a potencialidade de figurar como uma espécie de refúgio à fauna silvestre, nicho de uma micro-fito-sociologia doméstica, um desenho de intencionalidades no habitar, já que é um construto humano onde participam certos entes. Os pátios são ambiências e nichos com presença de luz variável. São detentores de espécies vegetais com amplo espectro de possibilidades de arranjos. Por isso, diante da fragmentação dos espaços, são oportunidades para a fauna circulante nos lugares e/ou extensão de seus territórios, especialmente aquelas mais tolerantes ao humano em seus cruzamentos nos espaços. Daí a importância de os pátios estarem associados aos corredores ecológicos (Silveira, 2021, p. 76).

'Pátio' é como os gaúchos chamam o que os cariocas nomeiam como quintais, sejam áreas defronte ou de fundos às residências. No caso carioca, não apenas os animais praticam os quintais (há uma figueira no quintal de um vizinho que serve de ninho aos tucanos), frequentando-os, formando seus corredores ecológicos, como a flora local torna esse praticar mais ou menos propício.

Santa Teresa é um bairro central, uma cadeia de colinas e montanhas que faz fronteira com as zonas sul e norte da cidade: a primeira, porção economicamente mais valorizada em detrimento da segunda. Assim, o PNT recebe o nome de um bairro da zona norte (Tijuca), mas estende-se pela zona sul da cidade. Outras UCs existem na capital fluminense e é nossa percepção que nas zonas sul e norte, nos bairros próximos ao PNT e à zona central da cidade, certos corredores ecológicos foram formados, sobretudo para os saguis, que no Rio são chamados genericamente de micos ou miquinhos, dado seu tamanho diminuto, a despeito da cauda comprida.

Nas observações dentro de casa e no entorno do condomínio, percebe-se que os pregos disputam território com os saguis, espantando-os da zona verde condominial, formada essencialmente por vegetação rasteira,

<sup>18</sup> Os saguis de tudo branco e de tufo negro produziram em todo o Sudeste um híbrido. É difícil observar a espécie quando nos deparamos com um deles. Um veterinário consultado a esse respeito, interlocutor de pesquisa, nos indicou que hoje pode-se considerá-los todos híbridos.

como jiboias, e por cerca de meia-dúzia de árvores mais frondosas, como jaqueiras, figueiras, um abacateiro e uma mangueira, além de um pé de acerola e outro de pitanga. O abacateiro e a mangueira, devido à poda malfeita, não dão frutos. Nessa área, trafegam também os tucanos, sabe-se que alguns indivíduos fazem ninho numa antiga figueira do outro lado da rua, enquanto outros voam livremente pelo bairro.

Às vezes, ainda, um ou outro porco de criação invade o terreno pelo arame farpado do perímetro mais afastado, vindo de uma das comunidades (favelas) que cercam a região. Como são muitas, não sabemos ao certo de qual delas provém os animais. Porcos também foram avistados, por mais de uma vez, trafegando no asfalto, por onde vagam, ainda, cães sem tutores, embora em frente ao condomínio ‘residam’ dois cães comunitários, isto é, alimentados e cuidados por moradores da região. Numa única ocasião, cães de grande porte invadiram o terreno verde de fundos do condomínio, num domingo pela manhã, latindo alto, mas logo encontraram seu caminho de volta para casa, pois não pareciam cães abandonados dado estarem aparentemente bem cuidados. Gatos são menos visíveis, aparecendo frequentemente junto a uma caçamba de recolhimento de lixo que fica na porta de uma outra comunidade. Gambás também foram avistados sobre telhados de casas e, certa vez, um foi encontrado morto no terreno do condomínio em que um dos autores reside. Além disso, há relatos de serpentes na região, como cobra-cipó e coral (não sabemos se verdadeira ou não).

Como afirma Silveira (2021, p. 57), observando o bairro do Lami, no sul portoalegrense,

[é] preciso considerar os paradoxos inerentes aos avanços das cidades sobre os lugares dos outros não-humanos, dos ecossistemas altamente fragilizados, indicando uma ecologia do vivido com dilemas ético-morais, mas também de certos dilemas na duração de formas tradicionais e memoriais.

No caso teresiano, esse avanço é antigo, produto da própria ocupação da zona central, mas também da favelização de porções dos morros cariocas, zonas geográficas que ganharam com essa categoria uma dupla conotação: aspecto paisagístico visível e área de baixa renda, permeada, normalmente, pelo tráfico de drogas. É um avanço sobre os ecossistemas, podemos dizer, de longa duração, que envolve, não apenas, questões socioambientais, mas sociais, no sentido mais amplo, bem como de políticas públicas – ambientais, habitacionais, de transporte, entre outras, que são problemas genéricos de grandes e pequenos núcleos urbanos. Bastante arborizada, como a zona sul da cidade do Rio de Janeiro, Santa Teresa contrasta com o tom acinzentado prevalecente na região central, tanto quanto na zona norte da cidade que, quanto mais afastada do centro está, submergindo aos chamados subúrbios, menos arborizada se apresenta.

Os problemas ligados às assimetrias presentes na sociedade brasileira, nas suas grandes metrópoles, impedem que muitos humanos e não-humanos compartilhem os espaços (rur)urbanos, criando situações extremas de extinção de espécies da fauna e da flora: aí reside um ponto de inflexão, um dilema mais-do-que-humano, já que a vida humana torna-se tão precária quanto a dos não-humanos que habitam a cidade, sejam eles silvestres, asselvajados, em situação de rua, e assim por diante (Silveira, 2021, p. 66).

Não ignoramos que essa proximidade entre humanos e animais pode ser interessante para ambos, ou não, dependendo do contexto estudado. Se a comensalidade com os bichos fofinhos pode ser bem-vinda, a entrada desses no âmbito privado-doméstico enseja uma série de preocupações, sobretudo zoonóticas para a vida urbana. Por outro lado, essa presença aponta para problemas de forrageamento por parte dos macacos-prego nos casos em questão. Mas eles não são os únicos. Como aponta Silveira (2021) acima, a vida anda precária para humanos e não-humanos, espremidos entre dilemas de ocupação territorial e sobrevivência física.

A persistência no tempo de coletivos-mais-do-que-humanos (ainda que alguns tenham desaparecido, ou escasseado), apesar das contínuas transformações das paisagens originárias promovidas pelos agenciamentos simbólico-práticos humanos, revela camadas de memórias sobrepostas que entrelaçam cultura(s) e natureza(s) nos lugares (Silveira, 2021, p. 67).

Santa Teresa parece-nos um caso expoente de ‘camadas de memórias sobrepostas’, uma vez que é um bairro de ocupação antiga, ao contrário das zonas de expansão recentes que, como aponta o autor, tendem a ocupar zonas antes minimamente preservadas. Nesse bairro central, cultura e natureza caminham juntos, tanto na divisão territorial de UCs e asfalto (um termo da gíria carioca que engloba aqui, também, as ruas de paralelepípedo características do bairro) quanto na coexistência de humanos e animais, além da flora local, exótica ou nativa. Ainda com Silveira (2021, p. 69), indicamos que a “[...] tentativa de isolar o humano dos naturais, em certa medida, desnaturaliza os humanos pela misantropia e culturaliza a natureza como exceção”. Seria mais interessante metodologicamente, portanto, observar as coexistências num mesmo espaço, como tentamos aqui fazer, não territorializando natureza e cultura, a despeito do asfalto cruzar as áreas verdes, dado

que os animais cruzam o próprio asfalto, tomando-o como caminho, assim como os saguis dependuram-se nos fios de alta tensão dos postes de iluminação pública.

Acompanhá-los na [utilização] da fiação é fundamental para compreendermos as formas como se apropriam dos artefatos humanos no mundo urbano e como incorporam tais trajetos às suas intencionalidades junto à cidade. Os fios são linhas de fuga [...] como necessidade e resistência à fragmentação do espaço (Silveira, 2021, p. 91).

### Considerações finais

Para encerrarmos esta reflexão, queremos chamar a atenção justamente para a forma como os animais, sobretudo os silvestres, convivem conosco em meio urbano. Espoliamos a urbes do universo rural, expulsando cavalos e vacas, entre outros, mas aqui e acolá eles persistem. Espoliamos a cidade de suas originais zonas verdes, mas elas também persistem, graças ao conservacionismo, aos parques urbanos, jardins e quintais. Buscamos refletir sobre as formas antropológicas de convivência com os não-humanos que, tradicionalmente, são dicotomizados e pensados como algo à parte. Nós habitamos a mesma cidade. Por que uns teriam acesso a certas áreas e outros, não? A quem pertence a mata e a quem pertence o concreto? Acreditamos que tenhamos que encontrar caminhos para con-viver, ou, como diria Silveira (2021), coexistir.

A cidade não é um espaço do humano, exclusivamente, como as zonas verdes não são do silvestre. O que nos domesticou, a nós, humanos, temos plena consciência, foi a cultura. Essa dicotomia simbólica tão cara à Antropologia entre natureza e cultura, já amplamente revista, não pode mais ser revivificada eternamente, como se animais e humanos fossem seres apartados pela evolução darwiniana. As paisagens urbanas são dotadas de uma complexa ecologia, ecologia esta que nos permite, justamente, a convivência, desde que a áreas verdes sejam preservadas e, por isso mesmo, praticadas na paisagens-urbanas-mais-que-humanas. Mas elas não precisam, necessariamente, ser UCs – espécie de lugar edênico onde o humano, ao geri-lo, exclui, não raro, a própria humanidade do processo de convívio com as diferenças não-humanas. Ora, o convívio, precisa levar em conta as sensibilidades ambientais que passam, por certo, por um tipo de educação dos sentidos (e mesmo, formal/escolar), de reconhecimento das percepções concretas do convívio, no sentido de sua materialidade ecossistêmica (a floresta, a bacia hidrográfica, o parque, entre outros), enfim, de reconsiderar as representações que operam com oposições binárias excludentes para que a vida vivida contemple o seu devir como expressão de paisagens mais-que-humanas nas cidades brasileiras e, daí, a relevância de considerarmos o convivial – os laços, as afecções e cruzamentos – entre humanos, não-humanos e sobre-humanos no dinamismo co-criativo das paisagens urbanas na contemporaneidade.

### Referências

- Aprobato Filho, N. (2006). *O couro e o aço – sob a mira do moderno: a ‘aventura’ dos animais pelos ‘jardins’ da Paulicéia, final do século XIX/início do século XX* (Tese de Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Augé, M. (2008). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus.
- Barreto, E. S. B. (2022). *Cascos no asfalto - etnografia das interações urbanas entre cavalos, humanos e outros bichos* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- Carvalho, A. K. S. (2016). *O trabalho dos carroceiros na cidade de Natal: cotidiano, política e emoções em torno de uma atividade ameaçada* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Delaporte, Y. (1988). Les chats du Père-Lachaise – contribution à l’ethnozoologie urbaine. *Terrain – revue d’ethnologie de l’Europe*, 1(10), 37-50.
- Digard, J-P. (2009) *L’homme et les animaux domestiques: anthropologie d’une passion*. Paris, FR: Fayard.
- Haraway, D. (2008). *When species meet*. Minneapolis, MN: The University of Minnesota Press.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.
- Leach, E. (1983). Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In R. Damatta (Org.), *Edmund Leach* (p. 170-198). São Paulo, SP: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- Lévi-Strauss, C. (2011). *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moreno, S. F. (2019). *Presenças incômodas no Porto De Santos - uma etnografia das relações entre humanos, pombos, grãos e outros sujeitos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

- Oliveira, R. A. P. (2017). *Carroça livre: uma etnografia com os carroceiros e cavalos da vila São Tomás e adjacências* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Osório, A. (2013). A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. *Revista Teoria & Sociedade*, 21(1), 143-176.
- Osório, A. (2016). Compaixão, moral e sofrimento animal entre protetores de gatos de rua. *Iluminuras*, 17(42), 51-82. DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.69978>
- Osório, A. (2018). Ecofeminismo, teorias do *care* e as críticas a protetoras de animais de rua. *Revista Estudos Feministas*, 23(6), 1-20. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n357762>
- Osório, A., Silveira, F. L. A., & Gonçalves, B. (2021). Paisagens mais-do-que-humanas transfronteiriças no sul do Brasil: o caso do Lami, Porto Alegre. *Revista Amazônica de Antropologia*, 13(2), 479-504.
- Rapchan, E. S. (2016). Casas, espaços públicos e parques – o caso entre os macacos-prego e a cidade em Maringá. *Iluminuras*, 17(42), 350-371. DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.69990>
- Regan, T. (2006). *Jaulas vazias*. Porto Alegre, RS: Lugano.
- Rechenberg, F. (2007) “*Vamo falá do nosso Lami*”: estudo antropológico sobre memória coletiva, cotidiano e meio ambiente no bairro Lami, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Ritvo, H. (1987). *The animal estate*. Cambridge, UK: Harvard University Press.
- Silveira, F. L. A. (2021). As paisagens do bairro Lami, a cidade de Porto Alegre (RS): bugios e figueiras no mundo urbano contemporâneo. In A. L. C. Rocha, & C. Eckert (Orgs.), *Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas* (p. 55-100). Brasília, DF: ABA Publicações. DOI: <https://doi.org/10.48006/978-65-5973-032-2-4>
- Silveira, F. L. A., Silva, M. H. P., & Mercês, R. S. (2016). Voando baixo sobre humanos: garças e urubus na Pedra do Peixe, no Ver-o-Peso (PA). *Revista Latinoamericana de Estudos Críticos Animales*, 2(3), 299-319.
- Singer, P. (2010). *Libertação animal*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Süssekind, F., & Azevedo, E. M. (2019). A controvérsia dos jegues: tabus alimentares e espécies companheiras no Nordeste. *CADECS*, 7(2), 10-26.